

As especificidades da contabilidade agropecuária

Este estudo tem por objetivo analisar as especificidades da contabilidade aplicada direcionadas para as atividades agropecuárias. Neste estudo exploratório e analítico, considera-se que a contabilidade rural é uma ferramenta importante, uma vez que é capaz de auxiliar o produtor rural nas suas tomadas de decisões. É sabido que a agropecuária consiste no conjunto de atividades associadas ao cultivo do solo e à criação de animais, que tem como objeto a produção de alimentos e o fornecimento de matérias-primas para a indústria de transformação. Ela está inserida no setor primário da economia e se desenvolve no ambiente rural, por meio de sistemas extensivos ou intensivos. No Brasil, os alimentos gerados nesse setor são fundamentais para o abastecimento do mercado interno, mas, principalmente, para o fornecimento externo, pois ela representa parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) produzido no país. Para este estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e quantitativa-exploratória. Baseados na discussão dos dados, conclui-se que a contabilidade aplicada à atividade agropecuária contribui com o desenvolvimento da economia bem como reconhece as variações quantitativas e qualitativas nos ativos biológicos como resultado, considerando como métrica de valoração valores de saída denominado valor justo. Ademais, os resultados desta investigação evidenciam que a contabilidade aplicada fortalece as atividades da agropecuária.

Palavras-chave: Ativos biológicos; Valor justo; Contabilização.

The accounting agriculture specificities

The purpose of this study is to analyze the specificities of the accounting applied directed to the agriculture activities. In this exploratory and analytical report, we consider that the rural accounting is an important tool, as it is able to help the farmer in his decisions. It's known that the agriculture is a set of activities associated with the soil cultivation and the animal husbandry which has as object the food production and the supply of raw materials to the processing industry. It is inserted in the primary sector of the economy, and develops in the rural environment through the extensive or intensive system. In Brazil, the feeds produced in this area are essential for the internal market supply, but specially for the external supply because it represents a significant share of the gross domestic product produced in the country. For this study we used the bibliographic research, of qualitative approach and quantitative- exploratory. Based on the discussion of data we conclude the accounting applied to farming industry contributes to the development of economy as well as recognizes the quantitative and qualitative variations in the biological assets as result considering as metric valuation values of output called fair value. Moreover, the results of this research emphasize the accounting applied strengthens the agricultural activities.

Keywords: Biological assets; Fair value; Accounting.

Topic: **Contabilidade Ambiental**

Received: **04/07/2022**

Approved: **13/11/2022**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Jonadabe Gomes Dias

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7545490827501892>

jonadabegomes630@gmail.com

Aguinaldo Rocha Gomes

Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6802765669050156>

aguinaldogomes@ufmt.br



DOI: 10.6008/CBPC2674-6441.2022.002.0003

Referencing this:

DIAS, J. G.; GOMES, A. R.. As especificidades da contabilidade agropecuária. *Naturae*, v.4, n.2, p.15-23, 2022. DOI:

<http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6441.2022.002.0003>

INTRODUÇÃO

A partir da resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com seguinte objetivo

O estudo, o preparo e a emissão de pronunciamento técnico sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira visando à centralização e uniformização de seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005).

Sabe-se que diversos procedimentos contábeis foram propostos pelo CPC e, para fins deste trabalho, destaque-se o CPC 29, que tem como finalidade estabelecer o tratamento contábil dos ativos biológicos. Estão dentro do alcance CPC 29 o ativo imobilizado, a produção agrícola no ponto da colheita e as subversões governamentais, definidos nos itens 34 e 35 (incondicionalmente relacionados ao ativo biológico pelo valor justo menos despesa, somente quando se torna recebível; e a subversão dela, na condição de avaliação condicional, somente quando a condição for atendida).

Desse modo, o objetivo de estudo desta pesquisa é analisar as características peculiares da contabilidade rural. Para atingir esse intento, considera-se a *Internacional Accounting Standard* (IAS 41) nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Esse CPC deu origem à NBC TG 29 (R1), aprovada pelo Conselho Federal da Contabilidade e, posteriormente, alterada pela NBC TG 29 (R2).

O CPC 29, em seu item 5, define os termos do objetivo e pronunciamento:

Atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais pela entidade; Planta portadora é uma planta viva que é utilizada na produção ou fornecimento de produtos agrícolas é o cultivada para produzir frutos por mais de um período e tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola exceto para eventual venda como sucata. Despesas de venda - despesa incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo exceto financeiro e tributos sobre o lucro. Grupo de ativos biológicos - é o conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes. Colheitas - é a extração do produto do ativo biológico ou a sessão da vida desse ativo biológico. (CPC 29, 2009)

Além disso, o CPC 29 (2009), em seu item 10, define o reconhecimento e a mensuração de ativo biológico, conforme o trecho: “Controla o ativo com o resultado de eventos passados; for provável que benefícios econômicos e futuro associados ao autismo fluirão para a Entidade; O valor justo ou custo do ativo possa ser mensurado com segurança”.

Antes da adoção, o CPC utilizava o método de custo histórico ou custos de formação, os quais representavam os valores pagos por ativos ou a sua formação, no caso da pecuária. Como exemplo, Marion (2002) indica a técnica de somar o custo do rebanho (salário, ração, amortização de reprodutor, medicamentos etc.) e dividir o resultado pelo total de cabeças no rebanho e recriar ou também adotar o método de valor de mercado ou custo de reposição. Para fins de mesma operação do valor justo, os ativos biológicos podem ser classificados em duas categorias: ativos biológicos, com mercado ativo e preços concorrentes e ativos biológicos, sem mercado ativo e preços correntes.

Dessa forma, entende-se que a agropecuária é uma atividade econômica que reúne as técnicas de plantio e cultivo do solo e de criação de animais, as quais correspondem, respectivamente, à agricultura e à

pecuária (BRITO, 2010). Trata-se de um conjunto de práticas pertencentes ao setor primário da economia e que desempenham um papel fundamental na produção de alimentos e no fornecimento de matérias-primas para a indústria, como celulose, couro, madeira, fibra e outros elementos destinados à transformação e confecção de um produto. A produção agropecuária é uma das mais importantes e antigas atividades econômicas desenvolvidas em todo o mundo. Segundo Marion (2002),

O principal recurso natural de que ela se utiliza é a terra, que serve tanto como substrato para o plantio de espécies vegetais quanto de pastagem para a criação de animais. Por esse motivo, a prática da agropecuária acontece no campo, ou seja, no meio rural. A agricultura e a pecuária podem ser desenvolvidas em pequenas, médias e grandes propriedades rurais, as quais são categorizadas em minifúndios e latifúndios.

Pode-se dizer, então, que a agricultura e a pecuária são praticadas em conjunto tanto para a subsistência do produtor agrícola e de sua família quanto para a comercialização em pequena ou larga escala, atendendo à demanda por alimentos e matérias-primas do mercado nacional (ou doméstico) e, também, do mercado internacional (BRITO, 2010).

O aperfeiçoamento técnico e científico, que caracteriza o atual estágio da globalização, foi introduzido no campo a partir da segunda metade do século XX e ficou conhecido como Revolução Verde. Com isso, surgiram novos modos de produção, insumos químicos, instrumentos técnicos e pacotes de tecnologia, que passaram a ser empregados na agropecuária. Quando a produção faz uso desses meios, chama-se de agricultura moderna e pecuária moderna. Elas se encontram hoje incorporadas ao modelo do agronegócio.

Apenas alguns anos atrás, na década de 60, havia pouca tecnologia disponível para a agricultura, e o Brasil importava maior parte dos alimentos. Na década de 70, mais precisamente em 7 de dezembro de 1972, é, então, fundada a Embrapa. A Estatal chegou trazendo assistência técnica, universidade, extensão rural e pesquisa estadual. O investimento em ciência e tecnologia mudou o cenário agrícola, fazendo com que o Brasil iniciasse o caminho para se tornar o maior produtor de alimentos do mundo (BRITO, 2010).

Por essa razão, o Brasil consegue, por exemplo, no cerrado brasileiro, produzir duas safras no mesmo ano. As pesquisas continuam trabalhando intensamente, e os agricultores adotam sistemas inovadores, cultivando mais produtos em uma menor área. Hoje, o cerrado é responsável por 50% da produção de grãos do país, além de outras produções (BRITO, 2010). Em virtude disso, o Brasil é destaque mundial na produção agropecuária. Nosso país é o maior exportador de café, açúcar, suco de laranja, etanol, carne bovina, frango e soja. De acordo com Brito (2010),

A produção agropecuária se torna sinônimo de sustentabilidade, fazendo com que a preservação e produção consciente se tornem fundamentais para garantir a produtividade das fazendas. Em 50 anos, o Brasil se tornou um celeiro para o mundo, produzindo alimentos para sua população e, ainda, com capacidade para exportar 25% do volume que é produzido. Ao todo, são 350 produtos para mais de 180 países.

Nota-se, a partir dessas considerações, que o Brasil tem maior rebanho comercial do mundo, com mais de 200 milhões de cabeças. Ele é o grande produtor de suínos, aves, ovos e leite. Ao longo dos anos, o custo da cesta básica caiu 43% em apenas 45 anos. Ainda, é possível dizer que de cada quatro (4) produtos do agronegócio em circulação no planeta, um (1) é brasileiro. Em 1970, o Brasil produzia cerca de 21 milhões de toneladas de grãos. Hoje são mais de 250 milhões de toneladas. Além disso, 12 milhões trabalham com

agricultura familiar e garantem, juntos, 1/3 do PIB agropecuário (BRITO, 2010). Em relação ao sistema produtivo agropecuário, Silva et al. (2013) pontuam:

A produção agropecuária é parte fundamental da economia de um país. Ela é responsável pelo abastecimento do mercado interno com alimentos, como frutas, verduras, legumes, carnes, ovos e leites, e pela remessa desses produtos em direção ao mercado exterior, tornando-se importante também para o suprimento da demanda de outros países e territórios.

Barroso et al. (2016) citam um estudo da produção científica brasileira entre os anos de 2011 e 2015. Nesse estudo, percebeu-se que a atividade agropecuária exerce um papel central na economia mundial, uma vez que é dela que advêm os alimentos e boa parte das matérias-primas utilizadas na indústria. Além disso, esse setor emprega, aproximadamente, 27% de toda a mão de obra do planeta, segundo dados da Organização das Nações Unidas, o equivalente a 870 milhões de pessoas.

Segundo Guitarrara (2022), “as receitas geradas pelo setor agropecuário em escala global foram de 3,9 trilhões de dólares, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês)”. Assim, muitas matérias-primas, utilizadas pelas indústrias de transformação, são derivadas das atividades que compõem o setor agropecuário. Portanto, trata-se de um fornecedor de recursos naturais que serão transformados em outros produtos de grande utilidade para a sociedade (BARROSO et al., 2016).

Como o setor grande precisa de profissional específico da área contábil, o agronegócio, também, tem investido em profissionais qualificados. É um setor que movimenta bastante dinheiro e é importantíssimo para a economia mundial e, principalmente, para o Brasil. Por lei, o empresário rural é a pessoa física ou jurídica que realiza a atividade de exploração da capacidade produtiva da terra ou da água. Seus objetivos são vários e podem atuar na produção vegetal, na criação de animais e na industrialização de produtos. De acordo com o artigo 249 da Instrução Normativa (RFB) n.º 1700, de 14 de março de 2017, são consideradas atividades rurais:

I. agricultura; II. pecuária; III. extração e exploração vegetal e animal; IV. exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras culturas animais; V. cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização; VI. venda de rebanho de renda, reprodutores ou matrizes; VII. transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador. A atividade deve ser feita com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada.

Em razão dessa especificidade, é importante que toda atividade rural tenha um controle eficiente e um bom gerenciamento do agronegócio. Isso é possível por meio das informações contábeis. Para isso, é preciso que essas informações cheguem às comunidades e às propriedades rurais. Para Oliveira (1996) “informação é um produto de análise dos dados existentes na empresa, devidamente registrados, classificados, e organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.”

Com base na afirmação supracitada, pode-se dizer que as informações, muitas vezes, não são avaliadas, analisadas e utilizadas por seus proprietários ou administradores. Portanto, o objetivo desta

pesquisa é analisar as especificidades da contabilidade aplicada direcionadas para as atividades agropecuárias. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre essa temática a fim tecermos nossas considerações para a geração de dados para a discussão.

METODOLOGIA

Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa é bibliográfica, uma vez que foi feita revisão teórica a partir da seleção de artigos, livros e dissertação direcionados para a temática desta investigação. O método utilizado foi dedutivo, pois, neste tipo de análise, parte-se do geral para o particular através do raciocínio lógico e da dedução para chegar ao resultado (GIL, 2008). Quanto à abordagem, esta pesquisa apresenta-se como qualitativa e quantitativa-exploratória. Sobre a pesquisa quantitativa exploratória, Gil (2008) diz que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos técnicos quantitativos de coleta de dados aplicados nestas pesquisas. No tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa é considerada bibliográfica e de campo, pois utiliza para o embasamento textos já desenvolvidos por outros autores utilizando-se das contribuições de artigos, livros e teses como principais fontes de consulta. O método utilizado foi dedutivo que neste tipo de análise parte-se do geral para o particular através do raciocínio lógico e da dedução para encontrar um resultado.

No que diz respeito à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que seu interesse principal está em aplicar e utilizar na prática os conhecimentos adquiridos durante a coleta de dados (GIL, 2008).

Coleta de dados

De acordo com Appolinário (2016), a coleta de dados é fundamental para uma pesquisa, pois é, a partir dela, que o pesquisador obtém informações pontuais para o desenvolvimento da investigação. Pode-se dizer que o instrumento da pesquisa “é um dispositivo ou processo por meio do qual se mensura ou observa determinado fenômeno”.

O objetivo da utilização do instrumento de dados é levantar informações que auxiliem a compreensão do tema bem como obter informações que possam dar credibilidade à pesquisa sobre a análise de dados. Segundo Marconi et al. (2021):

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado. A escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

Sendo assim, para esta pesquisa bibliográfica, utilizamos cinco descritores para a seleção dos textos. Os descritores usados para a busca de informações que estavam relacionadas ao objetivo da pesquisa foram estes: (a) PIB agropecuário; (b) contabilidade agropecuária; (c) CPC 29; (d) contabilidade rural (GAAP); (e) IFRS.

Definidos esses descritores, fizemos a busca em diferentes sites, por exemplo, o *site* da revista *SciELO*, para seleção de artigos científicos. Ainda, selecionamos dissertações e livros que estavam disponíveis na íntegra, publicados em qualquer idioma, nos últimos vinte anos (2002-2022).

DISCUSSÃO TEÓRICA

Custo histórico e valor justo

Importante medida de valor discriminada no balanço patrimonial, o custo histórico de um ativo registra seu valor original. Esse método está de acordo com os princípios contábeis, geralmente, aceitos da americana *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP). Trata-se de um conjunto de leis e normas que devem ser seguidos pelos profissionais da contabilidade e que padronizam as operações empresariais. Portanto, no custo histórico, o ativo é registrado pelo seu valor contábil líquido, considerando seu custo inicial abatido o valor da depreciação acumulada (CARVALHO et al., 2002; SILVA et al., 2013).

Para Alvaréz et al. (2005) e Brito (2010), apesar de todos os ativos estarem sujeitos às mudanças do mercado, bem como depreciações e desvalorizações, o valor justo reflete sempre o preço atual. Este deve seguir as normas da IFRS 13 que regulamenta a forma como os valores dos ativos devem ser mensurados pelo valor justo. Pelo valor justo, o preço de saída é o valor de mercado pelo qual o ativo pode ser comercializado.

Por esse método o ativo não circulante é registrado, abatendo os percentuais de sua depreciação. Títulos de investimentos como letras do tesouro, papel comercial, certificado de depósito (CD) também podem ser avaliados pelo valor justo. Além do valor atual, o valor justo permite informar a capacidade da organização em obter recursos financeiros por meio de alienação dos ativos (BRITO, 2010).

Por outro lado, o valor justo obedece a regras que podem ser compatíveis com a realidade de instituições públicas; dificulta a aplicação para os bens que não possuam mercados completos; possui custo administrativo alto, quando aplicado em determinados ativos, entre outros, conforme Brito (2010).

As novas regras trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) podem ser vistas no custo histórico. Nesse bojo, segundo a Investor Avaliações, entram os conceitos estruturais e sua aplicabilidade sobre as bases de mensuração do custo histórico e corrente, valores justos, atual e corrente, entre outros.

Segundo Brito (2010), nos termos contábeis, mensurar é medir ou determinar o valor de determinados bens. Ou seja, identificar os valores monetários dos ativos que integram o patrimônio empresarial. São diversas bases de mensuração empregadas em diferentes graus e combinações, que seguem a padronização do *International Accounting Standards Board* (IASB), que, em português, significa quadro internacional de normas contábeis.

Dentre as bases, temos os custos históricos e correntes e os valores atuais, justos, em uso e valor de cumprimento, que oferecem diferentes níveis de informação sobre os ativos e os passivos da empresa. São os valores de entradas e saídas dos bens que devem ser registrados com precisão e conformidade com a normatização vigente. As bases de mensuração que seguem abaixo no quadro 1 devem ser aplicadas pela

contabilidade de diferentes formas, de acordo com as especificações do modelo de negócio (HENDRIKSEN et al., 2007; SILVA et al., 2013).

Quadro 1: As bases de mensuração.

Custo histórico	Este termo resume o registro de todos os ativos pagos ou a serem pagos em caixa pelo justo valor na data de aquisição. O custo histórico também registra todos os passivos que foram de alguma forma recebidos por alguma circunstância pelos valores em caixa ou seu equivalente.
Custo corrente	Aqui temos o valor de entrada de um ativo. Ou seja, o valor pago pela aquisição de um determinado bem. O custo corrente é automaticamente diferente do valor justo, do valor em uso e do valor de cumprimento, que são de registro das saídas. Já o custo corrente de passivo é o valor recebido pelo bem em questão na data de sua mensuração, abatido os custos de sua aquisição na mesma ocasião.
Valor realizável	Mensurar o valor realizável significa que os ativos são mantidos pelo mesmo valor em caixa e que poderiam ser recebidos por sua venda. Já o passivo pelo valor realizável mantém seus valores em caixa sem o desconto do que seria pago pela liquidação das obrigações ao longo das operações normais da organização.
Valor presente	Ao mensurar um ativo pelo valor presente, significa que seu registro mantém o seu valor atual, menos o fluxo de entrada líquida de caixa, ao longo das operações normais da empresa. Os passivos também mantêm o valor presente, porém devem ser descontados do fluxo futuro de saída líquida de caixa. Ou seja, o valor presente fornece as informações monetárias de ativo e passivo atualizadas, bem como de suas despesas e receitas. Porém estes valores não resultam do preço da transação ou qualquer outro evento que tenha dado origem ao ativo e ao passivo.
Ativo	A mensuração do ativo considera os valores de troca sob os aspectos dos registros de valores de entrada, considerando os custos histórico, histórico corrigido, corrente, corrente corrigido, bem como os valores de saída comparados aos preços correntes de saída ou valor realizável. Esse processo apresenta os valores registrados nas demonstrações contábeis, em uma base específica de mensuração. Lembramos que ativo é tudo aquilo que, de alguma forma, pode ser revertido em dinheiro, como por exemplo, saldo bancário, investimentos e até os produtos em estoque.
Passivo	Geralmente, os passivos devem ser mensurados pelo valor justo. Ou seja, pelo preço recebido pela comercialização de algum ativo ou o valor que seria pago pela transferência de um passivo na data de sua mensuração.

As discussões sobre os critérios de mensuração dos quais a contabilidade utiliza para quantificar os elementos patrimoniais são objetos de muitas discussões ao longo dos anos. Corroborando essa afirmativa, Hendriksen et al. (2007) afirmam que “tem havido, durante décadas, um debate furioso a respeito de qual é a melhor maneira de medir ativos”. Ressalta-se que, ao considerar o patrimônio como objeto da Contabilidade, sua mensuração é a de maior relevância, para que seja refletido o real valor dele.

Custo histórico é a base de mensuração de ativos e de passivos mais adotada pelas empresas brasileiras, sempre tomando como base as normas contábeis nacionais e internacionais. Por meio dele os ativos são registrados pelo seu valor pago no momento da aquisição ou construção. Ao contrário, os passivos são mensurados pelo valor de caixa ou seu equivalente utilizado para liquidar uma obrigação. (NUNES, 2019)

O custo histórico acaba gerando controvérsias em épocas de crise. Alguns especialistas consideram que os ativos não monetários são rapidamente subavaliados. Entre as vantagens do custo histórico, podemos destacar a sua fácil verificação e as dificuldades de manipulação dos dados. Numa perspectiva contábil, “[...] custeio por absorção é o método de custeio do estoque no qual todos os custos de fabricação, variáveis e fixos, são considerados custos inventariáveis. Isto é, o estoque absorve todos os custos de fabricação.” (MOURA, 2005).

Considerado a evolução do custo histórico, este, quando é corrigido, apresenta uma correção com aplicação de um coeficiente originado por diversos índices de variação de preços. Isso possibilita a introdução de custos diferentes. Ou seja, é o valor de entrada de um ativo e difere das bases de saída como os valores justos, em uso ou de cumprimento. Uma das principais vantagens dessa forma de registro são as possíveis variações do poder aquisitivo, permitindo a comparação em datas distintas. Por outro lado, o método é limitado em relação às técnicas de apuração dos índices gerais de preços e correção monetária (IUDÍCIBUS, 2010). No quadro 2, é possível ver as vantagens e desvantagens do custo histórico.

Quadro 2: Vantagens e Desvantagens do custo histórico.

Vantagens	Desvantagens
Transparência, eficiência e melhor avaliação e verificação dos relatórios contábeis.	Dificuldade em sua aplicação no caso de grandes variações de preços de mercado.
Favorece dados comparativos entre os bens comprados em datas diferentes.	Complicação em relação à atribuição de valor individualizado dos ativos que funcionam em conjunto com outros ativos.
É menos subjetivo por não se basearem valores estimados.	Não identifica as mudanças nos custos e preços que afetam os demonstrativos contábeis
De fácil identificação por todos que compartilham as informações financeiras.	Incoerência em relação aos balanços que representam a soma dos ativos comprados em diferentes datas, com diferenças no poder de compra
Oferece importante apoio aos gestores sobre os movimentos financeiros.	Cálculos dos custos de depreciação sobre os valores que não consideram a variação da moeda. Não considera as inovações de mercados e avanços tecnológicos. Não informa as atualizações nos valores de mercado

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo assentam-se na ideia que as informações apresentadas pela contabilidade servem de suporte indispensável à orientação administrativa, permitindo maior eficiência na gestão econômica e no controle do patrimônio agropecuário.

A Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 41 prescreve normas para a contabilização da atividade agropecuária. Trata-se de um avanço, pois reconhece como resultado as mudanças quantitativas e/ou qualitativas em produtos biológicos, gerados pelos esforços do homem e da natureza (BARROSO et al., 2016).

No processo de harmonização internacional, a Norma Contábil Brasileira, CPC 29, destinada ao setor agropecuário, propõe o reconhecimento do resultado por produzir como um fato independente do momento das transações comerciais. Neste sentido, as transformações quantitativas e qualitativas de seres biológicos, tais como: gestação, nascimento, desenvolvimento, engorda, germinação, frutificação, entre outras correspondem às receitas propriamente ditas. Concluímos, então, que, estamos na presença de processos que produzem efeitos de alterações de valor dos ativos biológicos, originando, conseqüentemente, ganhos ou perdas.

Nas duas normas contábeis, prevalece o critério de valoração dos ativos biológicos pelo seu valor justo em detrimento do custo histórico. O conceito de valor justo que a NIC apresenta pode ser visto nesta afirmação: “valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou liquidado um passivo, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que nenhum relacionamento existe entre eles”¹. Isto é, a IASB concluiu que este modelo de mensuração valor justo é o que melhor se adequa à realidade da agropecuária. Conseqüentemente, consagrou tal opção, na NIC 41, para os ativos biológicos e produtos agrícolas relacionados com a atividade agropecuária e que, portanto, mais adequadamente responde às suas especificidades (BARROSO et al., 2016).

CONCLUSÕES

¹ <https://investorcp.com/financas-corporativas/custo-historico/#:~:text=Entre%20as%20vantagens%20do%20custo,Isso%20poderia%20caracterizar%20benef%C3%ADcios%20futuros.>

A agropecuária contribui de forma direta para o desenvolvimento da economia em nosso país. Como foi dito anteriormente, a exportação de produtos agropecuários é uma das bases econômicas importantes do Brasil, o que valoriza ainda mais os produtores rurais. Portanto, devido à sua relevância econômica, os benefícios proporcionados pela contabilidade possibilitaram o reconhecimento das atividades contábeis pelos produtores rurais.

Em síntese, os resultados da pesquisa evidenciam que a mensuração dos ativos biológicos apresentada a valor justo representa uma característica peculiar da contabilidade. A contabilidade agropecuária dispõe de algumas particularidades que devem ser observadas na sua prática, por isso, precisa ser aprofundada e compreendida pelos profissionais contábeis. Afinal, essa é uma área muito importante para o país e sua economia, logo a contabilidade aplicada fortalece as atividades da agropecuária.

REFERÊNCIAS

ALVARES, J. M. C.; BUENO, M. P. H.; ROSA, A. C.. La contabilidad internacional en la producción de aceite de oliva. **ECO** 19, v.12, n.12, 2005.

APPOLINÁRIO, F.. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage, 2016.

BARROSO, E. S. S.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.. Reconhecimento e mensuração do ativo biológico e produtos agrícolas sob a visão da contabilidade: Um estudo da produção científica brasileira entre os anos de 2011 e 2015. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 23. **Anais**, Porto de Galinhas: UFSC, 2016.

BRASIL. **CPC 29**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2009.

BRASIL. **CPC 29**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2009.

BRASIL. **NBC TG 29 (R1, R2)** - Ativo biológico e produto agrícola. Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.055/05**. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis - (CPC), e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRITO, E.. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V.. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Técnica de pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, J. C.. **Contabilidade rural**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, H. S.. O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa? **Sitientibus**, n.32, p.129-142, 2005.

SILVA FILHO, A. C. C.; MACHADO, M. A.V.; MACHADO, M. R.. Custo histórico X valor justo: qual informação é mais valor relevante na mensuração dos ativos biológicos. **Custódio e @gronegocioonline**, v.9, n.2, p 27-50, 2013.

SILVA, R. L. M.; FIGUEIRA, L. M.; PEREIRA, L. T. O.; RIBEIRO, M. S.. CPC 29: uma análise dos requisitos de divulgação entre empresa de capital aberto e fechado do setor de agronegócios. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.26-49, 2013.

DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v8i1.13281

VILHENA, N. L. J.; ANTUNES, M. A. A.. importância da contabilidade rural para o produtor rural. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO. **Anais**, São José dos Campos: UNIVAP, 2009.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561157736233592422401/>